



## PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

<b>Ata do 3º Encontro Regional da CGJ – Biênio 2021-2022</b>		<b>Nº 0</b>
Tema	Audiência Pública na Comarca de Rio Verde-GO, abrangendo as Comarcas da 5ª Região (Acreúna, Cachoeira Alta, Caçu, Itajá, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montevídiu, Paranaiguara, Quirinópolis, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Serranópolis e São Simão).	
Data e hora	25/03/2022 8h (Reunião Interna) e 14h30 horas (Audiência Pública)	
Local	Sala Virtual	
Secretários	Kenedy Augusto Batista Pereira, Vanessa Cristina Pereira Dias e Patrícia Rossi de Moura Fiorentino de Oliveira	
Participantes da mesa diretora	<p><b>Reunião Interna com os Magistrados e Servidores</b> Composição da mesa diretiva virtual: Desembargador Nicomedes Domingos Borges - Corregedor-Geral da Justiça, neste ato representado pelo Dr. Altair Guerra da Costa - 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Presidente da Comissão Organizadora de Encontros Regionais Desembargador Carlos Alberto França, neste ato representado pelo Dr. Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas – Juiz Auxiliar da Presidência Dr. Gustavo Assis Garcia - 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Ricardo Silveira Dourado - 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Helenita Neves de Oliveira e Silva – Secretária-Geral da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Eduardo Alvares de Oliveira – Juiz de Direito e Diretor do Foro de Rio Verde, titular da 3º Vara Criminal</p> <p><b>Audiência Pública Externa</b> Composição da mesa diretiva virtual: Desembargador Nicomedes Domingos Borges - Corregedor-Geral da Justiça, neste ato representado pelo Dr. Altair Guerra da Costa - 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Presidente da Comissão Organizadora de Encontros Regionais Desembargador Carlos Alberto França, neste ato representado pelo Dr. Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas – Juiz Auxiliar da Presidência Dr. Gustavo Assis Garcia - 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Ricardo Silveira Dourado - 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Eduardo Alvares de Oliveira – Juiz de Direito e Diretor do Foro de Rio Verde, titular da 3º Vara Criminal</p>	

Av. Assis Chateaubriand, nº 195, Térreo, Setor Oeste, Goiânia – Goiás - CEP  
74.130-011 - Fone (62) 3236 - 5492 - 3236 - 5493



## PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

<p>Dr. Paulo faria do Vale – Prefeito de Rio Verde/GO Dr. Thiago Galindo Placheski – Promotor de Justiça e Coordenador das Promotorias de Rio Verde-GO Ten. Cel. Amilton de Souza Conceição – Comandante do 4º Batalhão de Bombeiros de Rio Verde/GO Dr. Danilo Fabiano Carvalho de Oliveira – Delegado e Coordenador da 8ª Delegacia Regional de Polícia Dejane Mara Maffisoni – Presidenta do Conselho da Comunidade Marcelo Tumleiro Scaglia – Coordenador Regional da CGAP Benedito Leopoldo da Fonseca – Diretor do Centro de Inserção Social - CIS Rodrigo Dias do Nascimento – Diretor da Casa de Prisão Provisória – CPP de Rio Verde/GO Ten. Cel. Pedro Henrique Batista Alves de Paiva – Comandante da 8ª Comando Regional da Polícia Militar de Rio Verde/GO Dra. Núbia Miranda vieira – Coordenadora da Polícia Técnico-Científica de Rio Verde/GO Dr. Alessandro Gil de Moraes Ribeiro – Presidente da OAB-Subseção de Rio Verde/GO Prof. Me. Alberto Barrela Neto – Reitor da Universidade de Rio Verde-GO Scheila França – Coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas da UniRV Pauliney Costa e Cruz – Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Unibrás Ten. Cel. Leandro Ferreira Carvalho – Comandante do 2º Batalhão de Polícia Militar Dr. Eduardo do Prado Lobo – Presidente da Associação Comercial e Industrial de Rio Verde/Goiás Lucivaldo Tavares Medeiros – Presidente da Câmara Municipal de Rio Verde/GO Lilian Garcia Martins do Vale – Secretária de Promoção Social do Município de Rio Verde/GO Luciano Jayme Guimarães – Presidente do Sindicato Rural de Rio Verde/GO Nevilton do Carmo Oliveira – Supervisor Administrativo do CDL de Rio Verde/GO Sirley Aparecida Fernandes Souza – Presidente do Conselho Tutelar Sul Ângela Maria C. Nunes – Presidente do Conselho Tutelar Norte Joel Salvo da Silva – Venerável Mestre Loja Maçonica Estrela Rioverdense Ricardo Abou Rjeilli – Venerável Mestre da Loja Maçonica Verdadeira Luz</p>
---

Av. Assis Chateaubriand, nº 195, Térreo, Setor Oeste, Goiânia – Goiás - CEP  
74.130-011 - Fone (62) 3236 - 5492 - 3236 - 5493



## PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

<p>Waldenir Ferreira Pinto – Venerável Mestre da Loja Maçonica Cavaleiros do Templo Karlos Márcio Vieira Cabral – Deputado Estadual Dr. Vinícius Fonseca Campos – Procurador do Município de Rio Verde/GO Nilson Joaquim da Silva – Gestor da Sub prefeitura de Riverlândia Sérgio de Almeida Silva – Gestor da Subprefeitura de Ouroana José Candido do Nascimento – Prefeito do Município de Santo Antônio da Barra Dr. Evandro Antunes Teixeira – Cartorário do CRC Rio Verde/GO Franklin Wilson Xavier – Cartorário do CRI de Rio Verde/GO Fernanda Andres Zancarelli – Interna do Cartório 2º Ofício de Rio Verde/GO Deri Ferreira Cruvinel – Cartorário de Santo Antônio da Barra Pâmella Costa Guimarães – Interina do Cartório de Ouroana Maria de Louder Silva Barbosa – Cartorária do Cartório de Riverlândia Dr. Rodrigo de Castro Ferreira – Juiz Titular da 1ª Vara Cível, da Comarca de Rio Verde Dr. Gustavo Baratella de Toledo – Juiz titular da 3ª Vara Cível, da Comarca de Rio Verde Dr. Wagner Gomes Pereira – Juiz Titular do Juizado da Infância e Juventude, da Comarca de Rio Verde Dr. Márcio Morrone Xavier – Juiz Titular da Vara das fazendas Públicas, Registros Públicos e Ambiental, da Comarca de Rio Verde Dr. Lionardo José oliveira – Juiz Titular da 1ª Vara de Família e Sucessões, da Comarca de Rio Verde Dra. Coraci Pereira da Silva – Juíza Titular da 2ª Vara de Família e Sucessões, da Comarca de Rio Verde Dr. Rodrigo de Melo Brustolin – Juiz Titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, da Comarca de Rio Verde Dr. Jorge Horst Pereira – Juiz Titular da 2ª Vara Criminal, da Comarca de Rio Verde Dra. Lilia Maria de Souza – Juíza Titular do 1º JECC, da Comarca de Rio Verde Dra. Ana Paula Tano – Juíza Titular do 2º JECC, da Comarca de Rio Verde Dra. Ronny André Wachtel – Juiz Auxiliar da 1ª Vara Criminal e Execução Penal, da Comarca de Rio Verde Giovani Bastos de Miranda – Coordenador Regional da Agrodefesa Álvaro César de Souza Costa – Secretário de Planejamento de Gestão Enio Freitas de Sene – Secretário da Fazenda Miguel Rodrigues Ribeiro – Secretário de Educação</p>
--

Av. Assis Chateaubriand, nº 195, Térreo, Setor Oeste, Goiânia – Goiás - CEP  
74.130-011 - Fone (62) 3236 - 5492 - 3236 - 5493



## PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

	<p>Djan Barbosa de Freiras – Secretário de Saúde Luiz Carlos Pasquim Sobrinho – Secretário de Ação Urbana e Serviços Públicos Tyrone César Furquim de Oliveira – Secretário de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano Walter Baylão Júnior – Secretário de Infraestrutura Rural Denimárcio Borges de Oliveira – Secretário Desenvolvimento Econômico Sustentável e Turismo Paulo Martins da Silva – Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Fernando César Pazotti – Secretário de Esportes e Lazer</p>
Participantes da plateia	Lista de Presença Anexa

### PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO REGIONAL

#### Quarta-Feira (23/03/2022):

Cursos:

- Abertura Oficial do Encontro Regional
- Painel Jurídico com mediação do 3º Juiz Auxiliar da CGJG
- Painel Ativacional com a DRH/TJGO
- Capacitação da EJUG/TJGO: “Liderar é Servir”
- Capacitação PJD Cível (gestão)
- Capacitação PROAD
- Atualização para os Assessores de 1º Grau
- Capacitação PJD – Parte Geral (Criminal e Cível)
- Capacitação de Boas Práticas dos Conselhos de Comunidade das Comarcas

#### Quinta-Feira (24/03/2022):

- Capacitação CEJUSC
- Capacitação do Extrajudicial 1

Av. Assis Chateaubriand, nº 195, Térreo, Setor Oeste, Goiânia – Goiás - CEP  
74.130-011 - Fone (62) 3236 - 5492 - 3236 - 5493



## PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- Capacitação Gestão das Unid. Jud. - Atualizações do Sistema Controle
- Capacitação PJD Criminal
- Reunião com Cartorários
- Reunião com Serv. Gest. Adm. do Programa Pai Presente nas Comarcas
- Capacitação do Extrajudicial 2

### **Sexta-Feira (25/03/2022):**

Reuniões:

- Reunião Institucional da CGJGO com Servidores e Magistrados
- Reunião Reservada da CGJGO com Magistrados
- Audiência Pública com instituições da Comarca Polo

### **DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO INTERNA**

Av. Assis Chateaubriand, nº 195, Térreo, Setor Oeste, Goiânia – Goiás - CEP  
74.130-011 - Fone (62) 3236 - 5492 - 3236 - 5493



## PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

1. O 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Altair Guerra da Costa, iniciou ponderando que a reunião institucional é um momento oportuno em que se faz presente toda a equipe técnica do Tribunal de Justiça, e que é preciso trabalharmos para se fazer sempre mais com menos.
2. Após os cumprimentos oficiais, o Vice-Presidente do SINDJUSTIÇA, Dr. Bruno Faustino, abriu como primeiro ponto a necessidade do avanço na valorização do servidor efetivo, como também a necessidade de planos de aumento de salário. Asseverou que a categoria luta pela valorização de servidor efetivo, e que a majoração da GAJ é a forma mais justa. Acrescentou que o pleito inicial foi de 140%, no entanto o percentual foi desidratado para 70%, e que as negociações foram paradas. Argumentou que os encarregados de escrivania recebem uma das piores gratificações pelo encargo, ficando atrás apenas do Tribunal de Justiça da Paraíba. Manifestou-se acerca de estudos científicos comprovando que a carga horária reduzida para 6 horas é mais produtiva e ilustrou como exemplo os Tribunais de Justiça dos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso, onde a carga horária de 6 horas é uma realidade. Afirmou ser necessária a saúde laboral e a adequação do que já existe em outros tribunais. Outro ponto aberto diz respeito à implementação da Central de Mandados Eletrônicos. Ao final, aclamou que é preciso valorizar os servidores efetivos e solicitou a evolução da Central de Mandados e a disseminação dos mandados híbridos. Finalizou afirmando que é necessária a contraprestação do Tribunal de Justiça para realizarem um serviço eficiente.
3. Dr. Altair Guerra, em resposta, explicou que as questões expostas não são de competência da Corregedoria-Geral da Justiça, sendo tratadas pela Presidência. Explanou sobre o último ponto, esclarecendo que recebeu uma comunicação sobre o avanço na Central de Mandados.
4. Dr. Aldo Sabino, em relação ao estudo sobre os pontos questionados de remuneração, fez o compromisso de perguntar à Dra. Sirley. Disse que a Central de Mandados encontrou dificuldade na forma de pagamento, visto que aconteceram várias mudanças nos últimos meses com a sistemática de reembolso, o que inviabilizou a implementação da Central, sendo necessário, portanto, pelo menos 3 ciclos de pagamentos. No entanto, a situação foi

Av. Assis Chateaubriand, nº 195, Térreo, Setor Oeste, Goiânia – Goiás - CEP  
74.130-011 - Fone (62) 3236 - 5492 - 3236 - 5493



## PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- estabilizada, o que permite o avanço da implementação. Afirmou que a implementação começará nas comarcas intermediárias e tem o objetivo de até o fim do ano estar implantada em todo o Estado de Goiás.
5. O 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Altair Guerra da Costa, confirmou a volatilidade sobre a melhor forma de pagamento das atividades externas realizadas pelos oficiais de justiça. Esclareceu que, enquanto não fosse decidido como seria realizado o pagamento, o projeto-piloto das Centrais Eletrônicas ficou aguardando a decisão. Afirmou acreditar que o projeto-piloto está pronto para iniciar.
  6. Emily Sierra manifestou no *chat* o seguinte: “Dr Aldo e Dr Altair, precisamos rever a forma de o projudi contar a produtividade, são inúmeros atos que são realizados e não são contabilizados, um exemplo são as cartas expedidas pelo e-cartas, não contam para o emissor, e pendências que resolvemos e não contam.”.
  7. Dr. Altair Guerra confirmou que o relatório de produtividade do PROJUDI não é completo, e relatou que teve acesso à informação de que se um servidor que realiza um ato e o juiz somente assina, esse ato consta somente como produtividade do magistrado e não consta como ato produzido pelo servidor. Esclareceu que existe um sistema fora do PROJUDI que realiza o controle e afere a exata contabilidade dos atos produzidos por servidor. Explanou ser de extrema dificuldade a evolução do PROJUDI para a exata contabilização, sendo que esse relatório deverá ser feito fora do sistema.
  8. Dr. Eduardo Oliveira comunicou que o sistema paralelo de contabilidade de atos está em fase de teste em Rio Verde-GO. Explicou que o sistema está sendo aplicado na 3ª Vara Criminal para testar sua funcionalidade e após os testes será apresentado e colocado à disposição para todos. Afirmou que o sistema é recomendável, pois computa com precisão todos os atos praticados pelos servidores, sanando a dificuldade de contabilização enfrentada pelo PROJUDI.
  9. Foi perguntado pelo *chat*: “essas questões dos oficiais, (a forma de pagamento e liberação de mandados de gratuidade), transferiu para as escrivanias a função dos oficiais de justiça. Além do trabalho interno do cartório, temos que fazer citações e intimações pelo *Whatsapp*. Não podemos enviar mandado para distribuição sem antes tentar fazer o contato com as partes pelo telefone, aumentando o trabalho



## PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

dos servidores internos”

10. Dr. Altair Guerra primeiramente explicou que no Fórum existem os servidores do serviço interno e do serviço externo, de forma que se um ato não demanda a atividade externa e o deslocamento com diligência presencial, esse ato deverá ser cumprido pelo serviço interno. Discordou no ponto que está gerando mais serviço e explicou que o que está havendo é a substituição, e por essa razão deve haver um filtro na distribuição e expedição de mandados.
11. Foi perguntado no *chat*: “será disponibilizado celulares para as escritanias para cumprimento das citações e intimações eletrônicas? Porque nossos celulares com a pandemia ficou comercial”
12. Dr. Altair Guerra, em resposta, esclareceu que não há necessidade de aparelho celular, é possível a utilização do *Whatsapp Business* apenas com o número de telefone fixo.
13. Anderson Yagi, Diretor de Informática, complementou afirmando que a TI tem disponibilizado celulares para as serventias nos casos de plantão. Informou também que já existe um manual disponível com as instruções para que os servidores possam utilizar o *Whatsapp Business* sem a necessidade de um celular.
14. Foi perguntado pelo *chat*: “Bom dia, tenho acompanhado o andamento do PROAD 202101000255824, que trata sobre a evolução de funcionalidades do Projudi, como a criação de pendências. Nesse ponto, passados mais de dois anos da implantação das varas criminais, ainda não temos pendências específicas para as varas criminais - como a que considero mais relevante 'Guia de Recolhimento'. Sei que existem várias questões para serem avaliadas, porém a inclusão dessas funcionalidades tornaria mais célere e eficaz o trabalho dos servidores.”
15. Dr. Gustavo Garcia esclareceu que o PROJUDI como sistema digital está em constante adaptação e acrescentou que ao longo do tempo estão sendo feitas as melhorias; porém, são encontrados alguns entraves devido às altas demandas e ao pequeno número de desenvolvedores, acrescentando que o que impacta a fila de demandas é a fila de prioridades. Asseverou que o PROJUDI ainda não está hospedando esses processos, e rogou paciência explicando que ao longo do tempo o sistema irá se aperfeiçoar ao processo criminal.





## PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

16. Dr. Aldo Sabino esclareceu que há um PROAD aberto sobre as pendências do PROJUDI, informou que irão escolher de 15 (quinze) a 20 (vinte) pendências da área criminal para serem desenvolvidas ainda no primeiro semestre. Quanto à criação das centrais, afirmou que já existe o projeto em andamento, porém quanto à central de cumprimento de atos ainda não é objeto da gestão.
17. Foi perguntado pelo chat *"Gostaria de perguntar aqui, sobre os 50% das gratificações da Comarca ficarem com os Servidores Efetivos. Aqui na minha Comarca, temos duas vagas (Sec. Juizado e Sec. da Diretoria) e todas elas estão com Comissionados. Sei que todas as comarcas do Estado estão com deficit de Servidores, mas não podemos ser prejudicados assim. Sempre houve o desdobramento de nossas funções e, se em algum momento podemos ser valorizados pelo nosso esforço, porque então deixar de receber a quota parte desse direito."*
18. Vanessa, Diretora de Recursos Humanos, informou que até o momento não há nada definido sobre o percentual de gratificação por comarca, mas será verificado e esclarecido posteriormente. Asseverou que os estudos sobre o tema não estão sobrestados e foram debatidos na última reunião com a Presidência.
19. Foi perguntado pelo chat: *"Pergunto à mesa, em relação as funcionalidades do Projudi, da possibilidade de criação da opção "Enviar Mídias - upload" para as Promotorias e Advogados, e assim, retirar a obrigatoriedade das Varas Criminais inserir as mídias no projudi, ou ainda, de utilizarem do google drive para gerar links e armazenagem na nuvem, destes arquivos essenciais à instrução processual.. principalmente pq qdo carregados através do google drive corre-se o risco de perder o arquivo em razão do lapso temporal."*
20. Anderson Yagi explanou que a funcionalidade foi implantada no ano passado e que está aberta a todo tribunal, como também já está aberta para a polícia e logo será liberada para as promotorias; contudo, ainda está sendo estudada a forma de liberação para a OAB. Asseverou que a análise é em função da possível indisponibilidade de armazenamento de dados, o que demanda aquisição de novos equipamentos.

### DELIBERAÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1. Após os cumprimentos oficiais, Dr. Rodrigo Dr. Altair Guerra da Costa, 3º Juiz

Av. Assis Chateaubriand, nº 195, Térreo, Setor Oeste, Goiânia – Goiás - CEP  
74.130-011 - Fone (62) 3236 - 5492 - 3236 - 5493



## PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Auxiliar da Corregedoria, representando o Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Nicomedes Domingos Borges, abriu os trabalhos, informando que o momento é para debater os temas que afligem e ouvir as críticas construtivas do público externo com intuito de melhorar a prestação jurisdicional, franqueada a palavra à plateia.

2. Dr. Giovani, representando a AGRODEFESA, iniciou parabenizando a audiência pública. Relatou a atuação da AGRODEFESA e explicou que eventualmente necessitam de uma melhor estrutura de viatura, questionando sobre a possibilidade de conversão de multa para compra de viaturas, ou acautelamento provisório de veículo em benefício da agrodefesa. Ao fim, elogiou a celeridade do atendimento das solicitações pelo Poder Judiciário.
3. Dr. Gustavo Garcia esclareceu sobre a previsão do art. 256 e seguintes do Código de Normas e Procedimentos do Foro Judicial, no qual é estabelecido o procedimento para a seleção de projetos sociais. Orientou a AGRODEFESA no sentido de elaborar o projeto e encaminhar para o gestor da comarca, para que a partir disso seja possível fazer a análise do projeto para seleção.
4. Dr. Eduardo Alvares explicou que os veículos vinculados ao tráfico só podem ser destinados ao combate do tráfico, o que inviabiliza a solicitação da AGRODEFESA.
5. Dr. Gustavo Baratela esclareceu sobre o procedimento dos projetos sociais, e explicou que existe a conta única que é de responsabilidade do Juiz da Vara de Execuções Penais. Acrescentou que são elaborados dois editais anuais, cada edital tem o prazo de 3 (três) meses, sendo necessário habilitar o projeto no momento em que o edital estiver aberto.
6. Tenente Coronel Batista agradeceu por poder participar e trouxe um caso pontual da Comarca de Quirinópolis onde estão enfrentando um problema de controle de índices criminais. Asseverou que a Polícia Militar da Comarca não faz o TCO e acredita que isso tem influenciado no aumento do índice de criminalidade. Assim, solicitou o apoio da CGJ para que seja averiguada a questão.
7. O 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Presidente da Comissão Organizadora de Encontros Regionais, Dr. Altair Guerra da Costa, ponderou que o TCO de forma alguma pode ser desprezado por tratar de crimes de menor potencial ofensivo, explicou que muitas vezes um conflito pequeno que não recebe uma solução

Av. Assis Chateaubriand, nº 195, Térreo, Setor Oeste, Goiânia – Goiás - CEP  
74.130-011 - Fone (62) 3236 - 5492 - 3236 - 5493



## PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- eficiente em prazo razoável, pode se transformar num crime maior, a exemplo do homicídio.
8. Dr. Gustavo se comprometeu a pesquisar se houve um entendimento local para afastar a Polícia Militar da elaboração dos TCO's na Comarca de Quirinópolis e posteriormente esclarecer a questão.
  9. Kenedy Augusto, Assessor Responsável pelo SAU da CGJ, informou sobre a atuação do SAU e explanou que é de competência do departamento intermediar situações de 1º grau que envolvam os servidores, partes, e também os magistrados. Deixou o SAU à disposição da sociedade e informou as formas de contato com o departamento.
  10. Dr. Elivony, representando o Prefeito de Rio Verde, relatou que a 2ª Vara Cível está aguardando nomeação de Juiz, assim como a Comarca de Montividiu, e que o magistrado que está respondendo pelas unidades está devolvendo os processos determinando aguardar o titular para realização de audiência de instrução e julgamento. Afirmou ser necessária a nomeação de Juiz, solicitando à CGJ auxílio para o provimento dessas vagas.
  11. Dr. Altair Guerra, respondeu que apesar da Vara contar com um pouco mais de 30 processos conclusos por mais de 100 dias, não é uma situação tão grave por estar desprovida.
  12. Dr. Elivony relata que existe um despacho determinando a devolução dos autos para aguardar o provimento da vara e que os relatórios de produtividade não mostram a realidade.
  13. Bruna esclareceu que os processos devolvidos com o referido despacho estão aguardando a audiência de instrução e julgamento e que o auxílio do Dr. Rodrigo Brustolin na unidade foi pelo NAJ.
  14. Dr. Altair agradeceu à Bruna pelas ponderações e afirmou que o NAJ é só para sentença, salvo exceções, quando determinado, são proferidos despachos e decisões. Não é para instrução. Para audiência existe outra estratégia, como os mutirões, que são comandados pela Presidência.
  15. Dr. Elivony afirmou que diante das informações, restou esclarecida a questão.
  16. Lucivaldo, Vereador de Rio Verde, questionou o Dr. Eduardo sobre as execuções

Av. Assis Chateaubriand, nº 195, Térreo, Setor Oeste, Goiânia – Goiás - CEP  
74.130-011 - Fone (62) 3236 - 5492 - 3236 - 5493



## PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- fiscais e também sobre os avanços da desjudicialização dos processos de mediação.
17. Dr. Eduardo explanou que há dois anos a Vara das Fazendas Públicas de Rio Verde saltou de 9 mil processos para 14 mil processos. Afirmou que hoje a Vara reduziu para 12 a 11 mil processos. Constatou que em razão desse fato foi provocada pela OAB, através de Ofício, a criação do CEJUSC Fiscal, mas o projeto não avançou, pois a Procuradoria Municipal não manifestou interesse.
  18. Dr. Eduardo Prado Lobo discorreu a respeito da Câmara de Conciliação e arbitragem. Reforçou o pleito sobre o provimento de varas.
  19. Dr. Altair Guerra informou que os pedidos dos Advogados Eduardo Prazo e Elivony, para provimento da 2ª Vara Cível de Rio Verde, serão encaminhados à Presidência.
  20. Dr. Márcio Morrone esclareceu diretamente ao Dr Elivony que a Comarca de Montividiu encontra-se à disposição caso o mesmo queira entrar em contato em razão de alguma pendência processual, afirmou que a sua assessoria irá examinar o processo imediatamente.
  21. Pedro Henrique manifestou pelo *chat* o seguinte: “Peço a gentileza de olharem pela Comarca de Serranópolis, temos apenas 1 analista para 4 mil processos e estamos sem Juiz Titular a quase 2 anos.”
  22. Dr. Altair Guerra explicou que a questão do Juiz titular foi explicada anteriormente, e quanto ao número de servidores o assunto é de competência da Presidência do Tribunal, sugerindo a solicitação de auxílio.
  23. Dr. Thiago Galindo, Promotor de Justiça de Rio Verde, parabenizou a iniciativa da CGJ e relatou que não têm vagas suficientes de estacionamento, devido ao número de promotores, e solicitou mais espaço, como também o apoio na desburocratização do ANPP.
  24. Dr Gustavo Garcia respondeu que quanto ao ANPP, já existem alguns PROAD's em aberto e que logo terão novidades nesse sentido.
  25. Dr. Altair Guerra consignou que conste em ata a solicitação por mais vagas no estacionamento, e que seja encaminhado um Proad para o setor competente analisar.
  26. Elismar solicitou o provimento da Vara de Execução Penal de Rio Verde.

---

Av. Assis Chateaubriand, nº 195, Térreo, Setor Oeste, Goiânia – Goiás - CEP  
74.130-011 - Fone (62) 3236 - 5492 - 3236 - 5493



## PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

### ASSINATURAS

**Desembargador Nicomedes Domingos Borges**  
Corregedor-Geral da Justiça

**Dr. Altair Guerra da Costa**  
3º Juiz Auxiliar da Corregedoria

**Clécio Silva Marquez**  
Membro da Comissão Organizadora de Encontros Regionais

**Kenedy Augusto Batista Pereira**  
Membro da Comissão Organizadora de Encontros Regionais

**Patrícia Rossi de Moura Fiorentino de Oliveira**  
Assessora do 3º Juiz Auxiliar da CGJ



## PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

---

Av. Assis Chateaubriand, nº 195, Térreo, Setor Oeste, Goiânia – Goiás - CEP  
74.130-011 - Fone (62) 3236 - 5492 - 3236 - 5493



# ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 514270131670 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

**Nº Processo PROAD: 202203000327573**

**NICOMEDES DOMINGOS BORGES**

CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Assinatura CONFIRMADA em 04/04/2022 às 09:32

**ALTAIR GUERRA DA COSTA**

MAGISTRADO

GABINETE DO JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA 3

Assinatura CONFIRMADA em 04/04/2022 às 12:03

**CLECIO SILVA MARQUEZ**

DIRETOR(A) DE ÁREA

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAS DA CGJ

Assinatura CONFIRMADA em 12/04/2022 às 18:09

**KENEDY AUGUSTO BATISTA PEREIRA**

ESCREVENTE JUDICIÁRIO II

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO DA CGJ

Assinatura CONFIRMADA em 04/04/2022 às 14:21

**PATRICIA ROSSI DE MOURA FIORENTINO DE OLIVEIRA**

ASSISTENTE

GABINETE DO JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA 3

Assinatura CONFIRMADA em 04/04/2022 às 08:02

